

DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2236672537558>

Recebido em: 31/03/2019. Aprovado em: 04/02/2020.

O TRABALHO DE CUIDADO NO SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE PELOTAS, RS.

THE "WORK OF CARE" AT THE FEMALE DOMESTIC WORKERS' UNION IN PELOTAS, SOUTHERN BRAZIL.


TRAVAIL DE SOIN AUPRÈS DU SYNDICAT DES TRAVAILLEUSES DOMESTIQUES DE PELOTAS, RS.

TRABAJO DEL CUIDADO EM EL SINDICATO DE LAS TRABAJADORAS DEL HOGAR DE PELOTAS, RS.

*Mateus Cordenonsi Bonez**

 <https://orcid.org/0000-0002-4264-0634>

*Jurema Gorski Brites***

 <https://orcid.org/0000-0003-1003-1807>

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre as práticas cotidianas observadas no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas-RS. A partir de uma etnografia destacamos questões pouco analisadas na bibliografia sobre sindicalismo no âmbito do trabalho doméstico: o quanto as interações os atendimentos e as reuniões são recorrentemente permeados por relações de cuidado entre as diretoras sindicais e as mulheres que buscam auxílio. Nestas interações a trajetória histórica das militantes, bem como as experiências de gênero, de classe e raça vividas pelas próprias sindicalistas, fazem com que o momento dramático de rescisões de contratos, disputas com os patrões ultrapassem o estilo burocrático, não se limitando aos processos formais inerentes aos propósitos do sindicato. Assim, propomos que a finalidade última do sindicato de proteger e prover a categoria de esclarecimentos referentes aos contratos a aos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas, são permeadas por um

* Mestre em Ciências Sociais; Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil; e-mail: bonezmc@ gmail.com

** Doutora em Antropologia; Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil; e-mail: juremagbrites@ gmail.com

intenso e invisível trabalho de cuidado e práticas de resistência que emergem das habilidades das diretoras para encontrar possibilidades em contexto de exclusão e pouco acesso aos direitos legais já conquistados pela categoria.

Palavras- chave: trabalhadoras domésticas; trabalho de cuidado; sindicato; resistência.

***ABSTRACT:** The aim of this article is to think over the daily practices observed at the Domestic Workers' Union of Pelotas city, Southern Brazil. Based on an ethnographic perspective, we highlight issues poorly explored so far in the unionism bibliography in the scope of domestic work: the extent to which interactions, attendances and assemblies are often pervaded by carrying relationships between female union directors and those women who seek assistance over there. In these profuse interactions, the militants' historical trajectory, as well as gender, class and race experiences lived by the union members themselves, make both the dramatic moment of contractual terminations and other disputes with bosses exceed the bureaucratic mode and not being restricted to the formal processes, which usually are inherent to the union's purposes. Thus, we propose that the union's ultimate purpose of protecting and providing the domestic workers enlightenment for contracts and rights, is permeated by an intense and invisible 'work of care' and resistance practices. Both the work of care and the resistance practices emerge from the skills of the female directors that find opportunities even being in a context of exclusion and restricted access to legal rights already rightfully achieved by the category in Brazil.*

Keywords: domestic workers; care work; trade union; resistance.

***RÉSUMÉ:** L'objectif de cet article est réfléchir sûr des pratiques quotidiennes observées au sein du Syndicat des travailleuses domestiques de Pelotas-RS, Brésil. À l'aide d'une description ethnographique, nous mettons en évidence des questions peu analysées dans la bibliographie sur le syndicalisme dans le cadre du travail domestique: dans quelle mesure les interactions, les services et les réunions sont régulièrement imprégnées par les relations de soins entre les directrices des syndicats et les femmes qu'y demandent de l'aide. Dans ces interactions, la trajectoire historique des militantes, ainsi que les expériences de genre, de classe et de race, vécues par les membres du syndicat eux-mêmes, font que le moment dramatique des résiliations de contrat et des conflits avec les patrons dépasse le style bureaucratique, ne se limitant pas aux processus, formalités*

inhérentes aux finalités du syndicat. Ainsi, nous proposons que l'objectif ultime du syndicat de protéger et de fournir la catégorie de clarifications concernant les contrats pour les droits des travailleurs domestiques, soit imprégné d'un travail de soin intense et invisible, ainsi que des pratiques de résistance qui émergent des compétences des administrateurs pour trouver possibilités dans le contexte de l'exclusion et du faible accès aux droits légaux déjà obtenus par la catégorie.

Mots-clés: *les travaux ménagers; travail de soin; syndicat; résistance.*

RESUMEN: *El objetivo de este artículo es reflexionar sobre las practicas cotidianas observadas en el sindicato de las trabajadoras del hogar de Pelotas-RS. A partir de una etnografía, destacamos cuestiones poco analizadas en la bibliografía sobre sindicalismo en el alcance del trabajo del hogar: lo cuanto las interacciones, los atendimientos y las reuniones son recurrentemente permeadas por relaciones de cuidado entre las directoras sindicales y las mujeres que buscan ayuda allí. Em estas interacciones la trayectoria histórica de las militantes, bien como las experiencias de género, de classe y raza vividos por las próprias sindicalistas, hacen con que el momento dramático de terminaciones contractuales y otras disputas con los patrones ultrapasan el estilo burocrático, no limitando-se a los processos formales inerentes a los propositos del sindicato. Así proponemos que la finalidade última del sindicato de proteger y proveer la categoria de esclarecimientos referentes a los contractos y los derechos laborales de las trabajadoras del hogar, son impregnados por um intenso e invisibile trabajo de cuidado y practicas de resistencia que emergen de las habilidades de las directoras para encontrar posibilidades en un contexto de exclusiones y poco acceso a los derechos legales já conquistados por la categoria.*

Palabra-clave: *trabajadoras del hogar; trabajo de cuidado; sindicato; resistencia.*

INTRODUÇÃO

O serviço doméstico está vinculado a condições desfavoráveis de classe, gênero, raça e nacionalidade. Consolidou-se no Brasil enquanto atividade extremamente estigmatizada por heranças coloniais e de escravidão^{<?>}. Desse modo, sua relação com a luta política apresenta singularidades, pois a trabalhadora doméstica não possui

um local de trabalho que facilite ou impulsione a aglutinação de sujeitos direcionados às mobilizações de caráter reivindicatório dos direitos legais e políticos. Assim, o trabalho dos sindicatos torna-se muito desafiante e árduo, tanto em termos de proteção da categoria, quando das possibilidades de continuidade da própria organização sindical.

Entre os inúmeros temas pesquisados sobre trabalho doméstico^{<?>}, aqueles que se dedicam às organizações e sindicatos das trabalhadoras domésticas tem se perguntado de onde surge tamanha força e fôlego para resistência e militância. Os sindicatos no Brasil não contam com muitas afiliadas, a militância nunca contou com imposto sindical, a perspectiva de que o trabalho doméstico é uma ocupação transitória por parte das trabalhadoras e a recusa dos patrões em formalizar os contratos, impõe inúmeras dificuldades para a continuidade das organizações de trabalhadoras no Brasil (Ávila, 2009, Brites, 2013).

O movimento sindical das trabalhadoras domésticas, desde os meados do século XX até os dias de hoje, sofreu mudanças significativas. Uma das mais importantes relaciona-se aos aliados políticos de cada momento histórico, indo das pastorais católicas aos movimentos feministas que hoje se representam, sobretudo, por Organizações Não Governamentais (ONGs) que oferecem sustentabilidade financeira (Brites, Montecelli e Oliviera, 2012, Bernardino-Costa, 2015).

Estas sindicalistas realizam malabarismos, desenvolvem táticas para lidar com um contexto desfavorável e, no Brasil, depois da homologação da lei, o percentual histórico de informalidade passou de 22% a 26,9% (Fraga e Monticelli, 2018). Para o sindicato verificar o cumprimento ou não dos contratos entre trabalhadoras e empregadores se faz necessária a documentação dos vínculos trabalhistas, mas é aí que as militantes encontram os maiores entraves para proteção da categoria.

Segundo Bernardino-Costa (2015), as razões das desigualdades sociais do trabalho doméstico podem ser desveladas através da *colonialidade do poder* e da interseccionalidade de gênero, raça e classe. A *colonialidade do poder* produziu ao longo da história pa-

drões de poder baseados na raça e, conseqüentemente, identidades raciais foram associadas aos modos hierárquicos e de papéis sociais. (Bernardino-Costa, 2007). Esse conceito, oriundo das administrações coloniais e que se transportou até o presente é de caráter fixo e mais estático, podendo ser complementado pelo de *interseccionalidade*. Este último, originado nas décadas de 1970 e 1980 pelo feminismo negro norte americano relativizou a categoria “mulher” como uma referência universal e mais recentemente a pensadora feminista Kimberlé Crenshaw formulou o conceito de *interseccionalidade*, onde raça, etnia, classe e gênero se entrecruzam formando uma força de discriminação e de empoderamento (Bernardino-Costa, 2015). Interseccionalidade, segundo a intelectual feminista Crenshaw (2014), consiste em sobreposições de dinâmicas de subordinação. Dinâmicas que ocasionam mais de um tipo de opressão (como raça, classe e gênero) e que acabam por forçar fixações de posições sociais para determinadas mulheres.

É através desses conceitos reveladores de opressões que Bernardino Costa nos diz que ocorreu a formação de lutas e resistências. Para ele, a *colonialidade do poder* e a *interseccionalidade* propulsionaram a luta das trabalhadoras domésticas, fazendo emergir um processo decolonial atento a derrubar os padrões de raça e disposições sociais oriundas do colonialismo. Este movimento, segundo o autor, na dinâmica dos sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil e das antigas associações, exemplifica-se.

No âmbito do sindicato de Pelotas quatro mulheres organizam e dinamizam o cotidiano de resistência. Ernestina, a liderança sindical mais experiente, é uma mulher negra de 60 anos que está na luta pela causa das domésticas há trinta anos. Leda, 62 anos, mulher branca, é a diretora mais presente no dia a dia de atendimento. Terezinha, 64 anos, há vinte e oito anos na luta, é aposentada e participa ativamente de eventos e das resoluções burocráticas internas. Cláudia, doméstica mensalista há dezoito anos, 38 anos de idade, é a atual aposta para a renovação da base desta organização. Foi eleita presidenta do sindicato em 2018.

ETNOGRAFANDO O SINDICATO

Ao longo da pesquisa etnográfica, o primeiro autor acompanhou 32 expedientes completos do sindicato. Presenciou a variedade e a recorrência dos atendimentos, bem como o esmero das diretoras que proporcionam significativa existência de um lugar voltado para uma coletividade ainda marcada pela invisibilidade.

O sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas situa-se na zona central da cidade e existe desde 1989, quando foi fundado pela, já falecida, trabalhadora Iolanda Prestes da Rosa. Faz parte de uma edificação chamada “Casa do Trabalhador”, onde se encontram, além deste sindicato, outros três, todos ligados à CUT. A “Casa do Trabalhador” possui uma área consideravelmente grande, dividida em quatro salas (três destinadas aos escritórios sindicais e outra que serve como depósito). Além disso, conta com um grande salão para eventos anexado ao lado do local dos escritórios.

A menor sala da edificação é a das trabalhadoras domésticas. É a mais rústica e com aspectos de precariedade física mais salientes. Porém, ao mesmo tempo, é a sala que contém mais cartazes, banners, panfletos e materialidades ligadas a luta política sindical. Esta manifestação visual e material não é por acaso, pois reflete uma atuação (na sede) muito maior do que os outros sindicatos. Também, é o sindicato que mais recebe trabalhadoras (10 a 15 por dia) e apoiadores(as). Os atendimentos, em geral, são direcionados às rescisões de contrato e aos diálogos para esclarecimentos sobre os direitos trabalhistas. Os diálogos informativos se mesclam aos variados assuntos relacionados às relações entre empregador (a) e trabalhadora. Ainda, nas tardes de segunda-feira, um advogado se encarrega de questões trabalhistas que saem do alcance das diretoras sindicais. Rescisões sempre são marcadas com antecedência, sendo realizadas por telefone ou presencialmente e podem ocorrer eventualmente em outros turnos ou dias, dependendo da disponibilidade das atendentes.

Ernestina, devido a longa experiência sindical e à destreza com processos legais, se encarrega dos assuntos mais complexos, como as rescisões, por exemplo. Leda, que normalmente acompanha Ernestina no cotidiano do sindicato, direciona sua atenção para esclarecer

dúvidas, marcar horários, indicar lugares de tratamento médico ou burocrático e atestar no livro de presença os nomes e registros dos documentos oficiais das mulheres atendidas. Ernestina está aposentada e se dedica exclusivamente ao sindicato. Leda, ainda trabalha eventualmente como diarista, mas com horário flexível para atuar como diretora. As outras duas mulheres da diretoria do sindicato não têm disponibilidade integral, porém se encarregam de responsabilidades quase toda a semana. Terezinha vai ao sindicato praticamente todos os dias depois das 15:30, ajuda nas informações e na organização e divulgação de eventos. Devido aos cuidados com familiares com deficiência, ela não pode estar presente nos horários iniciais de expediente. Cláudia, por trabalhar como mensalista diariamente comparece às quartas-feiras no final do expediente. Mesmo assim, é peça imprescindível, principalmente nas reuniões organizacionais.

As principais informações buscadas junto ao sindicato correspondem aos direitos da trabalhadora doméstica: número máximo de horas de trabalho aceitas na lei, acréscimos salariais do adicional noturno, férias, documentações para comprovações de atestados de saúde, faltas no trabalho, licença maternidade, décimo terceiro salário, repouso semanais, e questões relacionadas a assédio e o não cumprimento de exigências legais por parte dos (as) patrões (oas). Aqui, é necessário dizer que a lei complementar 150, oriunda da *PEC das domésticas*, impulsionou a busca por adequações legais via ações sindicais por parte, principalmente, das trabalhadoras mensalistas.

A Lei complementar, fruto de mais de 20 anos intensa luta das militantes brasileiras, equiparou os direitos das trabalhadoras domésticas com outros campos laborais. A lei é obviamente uma conquista significativa e necessária, porém ainda com lacunas. Por exemplo, as diaristas não foram contempladas com esta lei, mesmo com esta modalidade de trabalho crescendo vertiginosamente no país (Fraga, 2010). No sindicato de Pelotas a grande maioria das associadas são mensalistas. Até dezembro de 2017 havia um número de aproximadamente 2.500 afiliadas e uma minoria inconstante pagava mensalmente uma contribuição (sem um valor estipulado). No sindicato havia uma forte procura de informações para estabelecer e principalmente realizar rescisões por cuidadoras de idosos <?>.

A despeito das rescisões, processo que somente Ernestina realiza, e dos atendimentos pontuais do advogado, quando os casos se configuram insolúveis pela via de negociação entre as partes, muitas mulheres comparecem, em geral vindas de lugares afastados (cidades vizinhas e bairros distantes) para buscarem informações. Aqui as conversações são o ponto central, servem como acompanhamento formal, mas também afetivo. Neste ponto, o atendimento frequentemente excede a barreira da formalidade e as mulheres são amparadas em outras tantas necessidades que vem junto com o respeito profissional. As diretoras escutam e abrem um espaço para que as mulheres expressem inúmeras situações de não reconhecimento, dificuldade, tristeza, medo e relatos de vários tipos de violências. As diretoras aconselham ao mesmo tempo em que chamam a atenção para as necessárias vigilâncias que a mulher do serviço doméstico deve ter em sua vida, não só ao que diz respeito ao cotidiano laboral. Corriqueiramente, as comunicações destinadas às informações, mesmo sendo muito importantes e delicadas, constroem uma atmosfera dialógica branda, onde jocosidades tomam o lugar de termos formalizados.

Ao longo da pesquisa foram presenciados diferentes tipos de atendimentos e que mostraram vários aspectos que extrapolavam o atendimento aos direitos trabalhistas. Um deles ocorreu no começo de maio de 2017. Uma senhora negra de aparentes sessenta anos, chamada Nora^{<?>}, moradora da zona rural da cidade, visitou o sindicato pela primeira vez. Havia tomado noção da existência de um local específico para a trabalhadora doméstica através de uma vizinha, que tinha ouvido falar de outra vizinha. Esta mulher, então, chegou pontualmente às duas da tarde e no local estavam Ernestina e Leda.

Na ocasião, Nora esperou uns quinze minutos até ser atendida e quando chegou sua vez, depois de já ter conversado com outras mulheres da fila sobre a cidade e outros assuntos, sentou-se em frente à Leda e começou a explicar sua situação. Ela queria contabilizar seus anos de trabalho doméstico junto a uma família que a contratara desde a adolescência. Desde então morava com os eles e recebia salário não somente em dinheiro, fato comum para as mensalistas que moram na casa dos patrões. Entretanto, no meio do diálogo, já um pouco descontraído, Leda entregou um pequeno papel que conti-

nha os direitos previstos em lei para aposentadoria, férias, adicional noturno e o salário regional. Sendo assim, Nora acabou dizendo, ao olhar o papel, que ganhava 700 reais por mês, 300 a menos do que o previsto na lei. Neste momento, Ernestina levantou o tom de voz e começou a falar, aparentemente enfurecida, para ela voltar para casa e trazer outro dia documentos que comprovassem seu tempo de trabalho na referida família. Nora, já meio emocionada pela conversa, com lágrimas escorrendo no rosto, disse que não tinha como comprovar através de documentos ou assinaturas o seu tempo de serviço, pelo fato de seu patrão estar muito velho e necessitando de cuidados. A patroa já havia falecido e um filho, que morava longe, não reconheceu os direitos da trabalhadora contratada informalmente.

Aquele momento dramático atingiu a todos os presentes. Nora não ganhava o previsto em lei, não ficava claro se ao menos sabia o valor exato de seus rendimentos, mas gostava de receber os auxílios extra salariais de seu patrão. Ernestina, ao mesmo tempo em que ficou incomodada com a situação, tentou indicar os passos futuros da trabalhadora doméstica utilizando-se de piadas e sugerindo que ela pedisse algo escrito sobre seu trabalho ao seu patrão. “*Quem não dança, segura a criança*”, dizia Ernestina ao final do expediente, tentando diluir a tensão do ambiente e de Nora, que, aparentemente, voltou para casa não mais chorando e com a esperança de conseguir algum tipo atestado de trabalho com seu patrão.

O TRABALHO DE CUIDADO NO DIA A DIA DO SINDICATO

No contexto das trabalhadoras domésticas de Pelotas, as rescisões atrelam-se às tentativas de contabilização de horas, salários, férias, descansos, etc. Ernestina, no caso, operacionaliza esta contagem sem precisar de contador, de advogado e muitas vezes sem a ajuda de calculadora, desvelando e traduzindo os termos jurídicos e os números para as mulheres que procuram rescindir contratos, sejam por vontade própria ou dos (as) patrões (as).

Há, neste contexto, uma considerável atribuição às práticas técnicas procedimentais realizadas por Ernestina. Em sua trajetória individual, nas redes de militância e de sociabilidade, percebe-se

que ela transita, tanto nas classes populares, como entre intelectuais e políticos. Sua aprendizagem, construída desde os anos 1980 nas ações da Igreja Católica, fez com que ela compreendesse a linguagem jurídica e desenvolvesse habilidade de transmiti-la, de uma maneira informal, para as outras trabalhadoras. Ela não reproduz, assim, o discurso técnico e restrito do direito. Tanto nos atendimentos quanto nas reuniões internas, ela dialoga de uma maneira compreensível para qualquer pessoa. Isto se tornou ainda mais claro quando o próprio etnógrafo necessitou de ajuda para o entendimento do jargão jurídico.

A história de vida de Ernestina e de outras importantes lideranças, assim, assemelham-se a de Laudelina de Campos Melo, a primeira e mais emblemática militante pelos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil:

As histórias de vida se entrecruzam. São mulheres negras trabalhadoras domésticas, moradoras de periferias e de camadas sociais economicamente baixas que a partir das dinâmicas de movimentos operários da Igreja Católica abriram espaço para posteriores avanços na luta trabalhista, racial, feminista, etc. Mesmo em regiões diferentes do país e em épocas distintas, existem nessa comparação fortes semelhanças. (Bonez, 2018. p. 87).

Além disso, Ernestina e Terezinha, constantemente sinalizam que a Igreja Católica, com seus movimentos operários, notadamente a JOC (Juventude Operária Católica), formaram-nas politicamente e lhes proporcionaram consciências de raça e classe (Bonez, 2018).

Nas rescisões, sempre marcadas antecipadamente, em que a trabalhadora comparece com os documentos adequados, os impasses são raros, porém existem recorrentemente discrepâncias entre o que se diz e o que está documentado. É neste momento que ocorre a maioria das relações conflituosas e angustiantes nos atendimentos, com a sindicalista expondo os erros contidos entre discurso e prova documental para mulheres que pouco sabem sobre seus direitos ou que os mesmos não são adequados às exigências da nova lei. Obvia-

mente, devido à invisibilidade historicamente construída em torno do serviço doméstico, ainda aparecem no sindicato pessoas que não possuem nenhum contrato legalmente registrado^{<?>}. Muitas vezes, a comprovação de horas de serviço, por exemplo, ocorre através de escritos informais vindos da classe patronal.

É facilmente percebida a desinformação por parte de quem procura o sindicato e, atrelado ao comportamento comum de quem busca ajuda sindical, está a escassez de tempo livre e a impaciência para que as burocracias ocorram rapidamente. Nestes casos, a voz do patrão (ao) subjaz no diálogo, mesmo sem ele estar presente, pois muitas vezes o que a trabalhadora leva para o atendimento é uma documentação incompleta e diversas dúvidas sobre o que o empregador disse a respeito das burocracias. A maioria dos atendimentos são complexos e, muitas vezes, os cálculos de recebimento de salários ou férias, por exemplo, frustram as trabalhadoras doméstica

Em uma das visitas ao sindicato, uma segunda-feira de janeiro de 2018, com um grande número de atendimentos, uma situação específica se destacou. As rescisões quase nunca fluem rapidamente, como já foi dito, porém algumas se destacam devido a um grau menor de informação das trabalhadoras.

Por volta das três horas da tarde, depois de aproximadamente vinte minutos de espera, Maria, uma jovem negra de 32 anos, começou a expor seu caso para Ernestina. Ela estava em processo de rescisão de contrato a pedido de seu patrão, tinha trabalhado três anos como mensalista e estava com dificuldades na contabilidade de seus direitos salariais e rescisórios. Fato que a levou ao sindicato pela primeira vez. Assim, um problema comum mais uma vez emergiu na rescisão: os documentos provenientes do contrato patronal não correspondiam ao discurso da trabalhadora doméstica. Maria, visivelmente muito cansada, afirmou constantemente que o seu empregador, ancorado em documentações, estava contando seu tempo de serviço a partir de quando foi assinada a carteira de trabalho. A jovem trabalhadora ficou empregada três anos, mas somente um ano e meio com carteira de trabalho assinada. Era mais uma vez a voz, fixada em documentos, da classe patronal em detrimento da classe das trabalhadoras domésticas mensalistas.

Ernestina perguntou se Maria havia como comprovar os três anos de trabalho (poderiam ser fotos, documentos ou testemunhas), mas não obteve resposta positiva. Foi nesse momento do diálogo que a diretora disse: *“ué, que desanimo é esse?”*. Maria estava quase dormindo na cadeira ao mesmo tempo em que tentava refletir sobre sua situação trabalhista. A jovem contou estar com anemia e completou: *“é que eu sou burra sabe, não sei muito das coisas, daí fui levando, não sei muitos das coisas sabe?”*. Leda e Ernestina logo começaram a falar com a moça, com a finalidade de fazê-la sorrir. Falaram que o Brasil teve o melhor presidente da história, sendo que ele era considerado “burro”, como enfatizaram a importância de não se viver na insegurança, seja pessoal ou profissional. Além disso, no mesmo atendimento, as diretoras ligaram para a secretaria de saúde de Pelotas e informaram Maria sobre as possibilidades de consultas para anemia. Como disse Ernestina depois, a ligação serviu para gerar alguma mudança na condição complicada que acabara de apresentar. Fazer as mulheres conhecerem os direitos, não só no âmbito do serviço doméstico, mas sobretudo na saúde feminina, é uma pauta que preenche a dinâmica militante do sindicato e é comunicação recorrente nos expedientes.

A partir de observações como esta, durante a pesquisa de campo, o momento dos atendimentos no Sindicato das Trabalhadoras de Pelotas começou a fazer sentido como um espaço de cuidado e de trabalho emocional, ultrapassando em muito a tarefa de zelar juridicamente pelo cumprimento da Lei nos contratos de trabalho entre trabalhadoras e seus empregadores.

QUEM CUIDA DA CUIDADORA?

Os serviços do sindicato corriam bem, com rápidos casos solucionados, todos com documentação necessária e dados prontos para carimbo final das diretoras Leda e Ernestina. Foi quando adentrou Fabiana, uma cuidadora de idosos, branca, de 54 anos de idade. Ela começou a contar sua situação para todos que estavam no local e demonstrando-se bem apreensiva. Esta mulher trabalhava 12 horas por dia cuidando de uma mulher idosa de 92 anos, no período no-

turno (das 20:00 às 08:00). Ela queria contabilizar junto ao sindicato o tempo de trabalho sob o vigente “contrato”, mecanismo que facilmente poderia ser feito se os documentos correspondem corretamente dentro da burocracia fixada. Foi então que Ernestina, em sua habitual destreza e rapidez nos processos legais e contábeis, pediu a carteira de trabalho para Fabiana. Esta última, com intenso lamento, colocou a mão sobre a cabeça e, já com lágrimas nos olhos, disse que a carteira estava em Minas Gerais, seu estado de origem. Todos no local ficaram surpresos e Ernestina afirmou que sem o documento específico ficaria muito difícil uma conta que pudesse convergir exatamente com o tempo de trabalho realizado ao longo de mais trinta anos. Fabiana começou a chorar muito. Esta trabalhadora, separada do marido, estava vivendo um período sozinha devido aos estudos da filha em outra cidade. Além disso, disse que não tirava fêria havia três anos e que sofria com depressão. Emotivamente o ambiente mudou. Ernestina, neste momento, começou a fazer piadas sobre Minas Gerais e o característico sotaque de Belo Horizonte, cidade onde Fabiana trabalhou em uma fábrica durante a adolescência. “*Uai, como que tu vens sem carteira de trabalho mulher?*”, dentre outras falas seguidas de risadas.

As brincadeiras melhoraram a atmosfera de pesar e, dentre as brincadeiras, sempre uma saída alternativa foi sendo sugerida. Ernestina, investigando a situação de trabalho de Fabiana, sugeriu que ele pedisse para o patrão pelo menos os números recentes de seu tempo de trabalho, algo que negativamente foi respondido pela cuidadora, que não tinha uma liberdade comunicativa adequada com seu empregador. Passaram-se alguns segundos de silêncio e Ernestina manifestou-se sorrindo: “*Então tu pega o caderninho. O tal caderninho que tu disse que ele anotava. Tu consegue pegar, Fabiana? Ali, com isso, a gente consegue contar alguma coisa. Tem a letra do patrão?*”. Algumas estratégias para comprovar por outros meios a relação de trabalho foram surgindo. Quando Fabiana se retirou, seus passos eram confiantes.

Neste caso em específico e em outras várias conversas, Ernestina e Leda tentaram abrandar situações emocionalmente tensas. As piadas se fizeram presentes constantemente em diálogos onde a

trabalhadora doméstica atendida se encontrava nervosa, triste, sem ver possibilidades. Ao mesmo tempo em que pontos importantes do procedimento legal são enfatizados, jocosidades propiciavam um ambiente favorável para interações que pareciam não caminhar para um fim condizente com os direitos, nem com o bem-estar emocional das querelantes no sindicato. Como nos ensina Claudia Fonseca (2000), o humor pode gerar mudanças, revelar algo. Inclusive, fazer transparecer lógicas de criatividades cotidianas das classes populares. É notável o esmero constante para fornecer esclarecimentos didáticos de como proceder, como obter provas de contratações mal documentadas e como se proteger no ambiente de trabalho. Assim, as situações complexas de ajustes de direitos são balizadas por um trabalho de cuidado. Também, como afirma Brites (2000) sobre as relações de uma trabalhadora doméstica frente ao contexto hierárquico familiar e laboral:

Apesar de não ser nada explícito, é impossível deixar de reconhecer algumas táticas também acionadas na casa da patroa. A “força do fraco” – que combina astúcia, humor e real prestação de serviços – é um talento cultivado pela mulher tanto na sua rede familiar quanto na sua relação com os patrões. E quando funciona, como no caso de Edilene, restitui um certo poder de barganha a quem, de outra forma, pareceria o mais desprovido da hierarquia (p.174)

O humor nos remete ao conceito práticas, no sentido atribuído por De Certeau (1998). O autor enaltece as práticas e as ações em detrimento do indivíduo operante, nas quais ele distingue práticas e estratégias. Ações de tipo *tático* dizem respeito às astúcias dos fracos, resistências e reinvenções dos usuários (consumidores) frente aos fortes, que podem ser os poderosos, as doenças ou a violência.

Nos atendimentos, o humor e as piadas surgem pontualmente na prática, mas não como uma expressão ligeira. São potenciais vetores de mudança do rumo emotivo que acaba por afetar as decisões procedimentais de encaminhamento das queixas trabalhista; Ernestina sabe usar na hora certa as suas piadas e metáforas humorísticas. Piadas, ao mesmo tempo em que enfatizavam pontos importantes da burocracia, propiciavam um ambiente favorável para interações

que pareciam não caminhar para fins adequados no condizente às articulações emocionais e burocráticas. O humor, nos atendimentos do Sindicato de Pelotas revela a experiência de Ernestina e Leda, é notável o esmero constante para fornecer esclarecimentos e ensinamentos didáticos de como proceder, como obter provas de contratações mal documentadas e como se proteger no ambiente de trabalho. Assim, as situações complexas de ajustes burocráticos, balizadas por um trabalho de cuidado, são abordadas corriqueiramente por falas jocosas e didáticas

As funções laborais realizadas no lar, sejam remuneradas ou não, foram compreendidas através da reflexão sobre divisão sexual do trabalho e reprodução social. Se conectam com as discussões mais contemporâneas do conceito de cuidado (*care*), aportando discussões sobre o trabalho emocional e, para a presente reflexão antropológica, nos inspiramos também nas políticas da vida íntima^{<?>}. No entanto, não aquela relacionada ao trabalho doméstico nos lares. Existe uma vida íntima no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, que embora sendo uma instituição pública, apresenta outras práticas das trabalhadoras militantes muito mais do que expedientes jurídicos, formais e burocráticos.

O conceito de *cuidado* é de difícil definição e tem caráter polissêmico. Joan Tronto (1997) o elabora enquanto atividade dedicada às necessidades de outrem, e que carrega uma carga de esforço, afetos e emoções. Ela destaca as particularidades do *cuidado*, chamando a atenção que sua definição não está despregada das dimensões morais e políticas que envolvem o trabalho feminino na sociedade. Anne Marie Mol (2010), pensando o cuidado nas relações entre pacientes diabéticos e os cuidadores, evidencia que suas lógicas se depreendem nas práticas, ações que em si mesmas são moralidades, nas quais se entrelaçam valores e fatos.

Cuidado, sob o presente prisma, não se afasta das noções de trabalho reprodutivo e de trabalho doméstico. Essas três dimensões da agência humana, historicamente feminizada, não se dão de maneira separadas e hierarquizadas. Desta maneira, neste artigo, tomamos o cuidado como prática, onde valores e características destas atividades se estabelecem entrelaçadas umas nas outras.

Neste sentido, a divisão sexual do trabalho também configura as lógicas do cuidado, onde trabalho reprodutivo assume uma dimensão central na reprodução social, uma parte significativa da mais valia, manifestando invisibilidades na lógica econômica da produção e do capital (Hirata e Kergoat, 2007). Tais tarefas realizadas no âmbito doméstico ou de instituições, que incluem cuidar, limpar, cozinhar, socializar e administrar as necessidades primárias de pessoas e/ou grupos humanos e não humanos, são realizadas, sobretudo, por mulheres em suas casas ou fora delas, seja o trabalho remunerado ou não. (Carrasco, Borderías e Torns, 2011).

Helena Hirata e Daniela Kerkoat referem-se que historicamente trabalhos reconhecidos como bons eram delegados aos homens e os ruins, invisíveis e com pouca remuneração, às mulheres (2007). No tocante à dinâmica interna do sindicato, sobretudo nos atendimentos, é considerável, dentro das práticas existentes, a atenção dada pelas sindicalistas ao bem-estar da trabalhadora doméstica. Isso se configura também no intenso aconselhamento voltado para os direitos e benefícios da política de saúde local. Um dos exemplos é o caso da trabalhadora doméstica Judite, uma mulher de trinta e poucos anos que foi ao sindicato exigir remuneração adequada às suas faltas, que ocorreram justificadamente durante a gravidez. No dia do atendimento, ainda grávida, ela estava acompanhada pela filha de quatro anos e, além disso, seu marido estava hospitalizado devido a um acidente de motocicleta. A conversa com Ernestina foi tensa, tendo em vista a impaciência de Judite que não aguentava mais esperar tudo ser resolvido, como manifestou gritando. Judite teve um mal súbito e foi inicialmente direcionada a um médico, indicado por Ernestina, e seu atendimento foi agendado para outro dia com o advogado que tem expediente às segundas-feiras, no sindicato. Este é mais um caso que expressa a persistência da informalidade, mesmo após as conquistas da PEC, pois, a carteira de trabalho, as assinaturas contratuais, o boleto do *eSocial* ou as demais documentações exigidas pela burocracia para garantir os direitos não foram observadas tanto pelos dos patrões (as) quanto por parte de diversas das trabalhadoras que acorrem ao sindicato.

O trabalho do sindicato, ao nosso ver, através da extrema informalidade e desrespeito às leis trabalhistas de quem dele necessita,

bem como pela experiência sindical e os saberes femininos das militantes, apresenta dimensões laborais de cuidado num plano não menos fundamental do que o trabalho político, a atividade fim do sindicato.

As diretoras sempre dizem em casos como o de Judite, que uma maior dificuldade na defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas é que elas (as reclamantes) procuram ajuda só quando “*a coisa aberta*”. Num contexto de desespero, esperam que tudo se resolva rápido e com contas certíssimas, mesmo sem os documentos necessários

O sindicato é marcado pelo excesso de trabalho e por militantes não remuneradas. Ele sobrevive com 6% que é cobrado do valor recebido nas rescisões trabalhistas (opcional) e o apoio angariado através de projetos em parceria com ONGs feministas. As burocracias diárias mesclam-se às atenções emocionais e de cuidado, as quais são inevitáveis, como refletiu Leda. O cuidado, portanto, configurado tanto pela interação e pelo diálogo entre atendentes e requerentes, quanto pelo acompanhamento da saúde, das emoções de quem se encontra num momento de tensão, desilusão e medo.

Outra dimensão importante é o desgaste emocional e de saúde das próprias militantes. Elas se dedicam à manutenção do sindicato, aos atendimentos e à luta política com muitos poucos recursos. Ninguém vai ao sindicato contar que ganhou um aumento. Amparar, auxiliar, indicar médicos e mediar discussões ríspidas e tensas entre as trabalhadoras e seus empregadores é o seu trabalho. Questionamentos sobre quem cuida quem se repetem aqui. As diretoras vivem situações de tensão o tempo todo e precisam ter controle das palavras e atos e dos sentimentos de raiva, de compaixão, de solidão. Ademais, são mulheres idosas, algumas chefes de família com seus problemas familiares. O custo desse trabalho emocional também aparece nos seus corpos, no andar manco da dor nas costas, as artrites não tratadas, nos comprimidos para controlar a pressão arterial e nos calmantes e ante depressivos usados.

Neste sentido, se faz necessário o entendimento do espaço social e político constituído por relações de cuidado. Para Arlie Russell Hochschild (2003), trabalhos clássicos da sociologia não se importaram com sentimentos, muito em função do racionalismo científico que empurrava essas questões para uma esfera do indivíduo

e da psicologia. Em sua obra *La Mercantilización de La Vida Íntima* (2003) a intelectual feminista enfatiza a existência de um vazio acadêmico em torno do cuidado, pois este não concilia ideologia e prática. Neste livro, muitos problemas são abordados, principalmente os referentes às mulheres migrantes e às relações de parentesco envolvidas, bem como às situações de afeto nas práticas do cuidado de babás em relação às crianças. Hocchschild (2003) diz existir na vida íntima das babás que se relacionam com amor perante as crianças de seus patrões um fetichismo que acaba por tornar essa relação exclusiva, privada, sem contextualização, não remuneradas, assim como ocorre com as mercadorias, quando as percebemos independentemente da mais-valia.

Num caminho similar, Jurema Brites (2000, 2007), interpreta as relações afetivas travadas entre as crianças, filhas dos patrões, não como uma sentimentos inexistentes ou falso, mas como uma das sustentações do sistema hierárquico que o trabalho doméstico acarreta:

No Brasil, a manutenção adequada desse sistema hierárquico que o serviço doméstico desvela tem sido reforçada, em particular, por uma ambiguidade afetiva entre os empregadores – sobretudo as mulheres e as crianças – e as trabalhadoras domésticas. Nas negociações de pagamentos extra salariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade. Esta, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil (2007, p. 93 e 94)

Nos atendimentos no sindicato, a falta de informações, documentações, formalizações dos vínculos de trabalho podem também ser pensados pela lógica da gratuidade afetiva do trabalho reprodutivo. Nas práticas das sindicalistas de Pelotas, desvelar essa invisibilidade (no enfrentamento, na chamada incansável e pouco ouvida para as “domésticas” aderirem a luta sindical e debater as relações de trabalho na sociedade), é o árduo cuidado de cada dia.

CONCLUSÃO

Os atendimentos, como se vê nas descrições, se configuram como principal atividade do sindicato. Eles acontecem em relação ao público da região, que buscam o auxílio de mediação com patrões e órgãos da justiça em relação a certificação documental, revisão de rescisão de contratos e como requerer os novos direitos concedidos após a consolidação da lei 150, oriunda da PEC das domésticas.

Neste processo mostramos a dinâmica peculiar, sustentada por práticas de resistência dessas mulheres militantes, que são oriundas de camadas desfavorecidas economicamente e com pouca instrução formal, além de serem mulheres negras em sua maioria. Os atendimentos mostraram que existe um trabalho de cuidado que acaba ditando o ritmo e o tom das interações no sindicato. Revelam a destreza e o esmero das diretoras no acompanhamento dos momentos dramáticos que se revelam no cotidiano do sindicato. Com o uso do humor, conhecimento legal acurado, conhecimento das lógicas de subalternidade que as trabalhadoras enfrentam na casa dos patrões e mesmo, enquanto mulheres, as diretoras encontram brechas, saídas inusitadas frente ao processo restritamente legal e que a informalidade na qual vive a categoria está submetida.

Nós tentamos mostrar que a luta sindical dessa categoria, extremamente árdua, frente às difíceis relações de trabalho, que, a despeito de serem protegidas pela lei, são burladas dia a dia pela classe patronal, não se limita ao protagonismo político e da defesa da categoria no âmbito jurídico. No Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, todos os atendimentos são permeados por um trabalho de cuidado, tão sensível e minucioso, quanto invisível. As mulheres que acorrem ao sindicato são atendidas emocionalmente, caminhos para o tratamento de saúde são indicados e até mesmo agendados, se brinca e se ri de situações difíceis e dolorosas. Nossa proposição é que estes cuidados advêm das próprias práticas das sindicalistas, enquanto mulheres dos grupos populares, mas que trilham o caminho da emancipação e do empoderamento político a partir de uma trajetória em diálogo com os movimentos sociais de esquerda: seja a Igreja Católica, nas linhas da Teologias da Li-

bertação, seja do movimento negro e quilombola, do diálogo com organizações feministas, mas sobretudo, da própria luta sindical das trabalhadoras domésticas. Uma história erigida em contraposição aos poderes do colonialismo branco, machista e servil. Um movimento pulsante e extraordinariamente forte de mulheres militantes e intelectuais de sua própria história.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, M. B. de M. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2009.
- BERNARDINO-COSTA, J. Colonialidade do Poder e Sulbaternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Brasileira do Caribe*, Vol. 7, nº. 14, pp. 311-345, 2007.
- _____. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*. (UnB. Impresso), Vol. 30, pp. 147-163, 2015.
- BONEZ, M. C. *Cotidiano e práticas de resistência – Um estudo etnográfico com trabalhadores domésticos militares*. 2018. 155 f. *Dissertação* (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.
- BRITES, J. G. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. *Cadernos de pesquisa*, Vol. 43, nº. 149, pp. 422-451, 2013.
- _____; OLIVEIRA, E. P.; MONTICELLI, T. A. Serviço doméstico, participação política e cidadania um estudo a partir da inserção política das mulheres. In: *28ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2012, São Paulo. Anais da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2012.
- _____. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, Vol. 91, nº. 109, 2007.
- _____. Serviço doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. *Campos: Revista de Antropologia Social*, Curitiba, nº. 3, pp. 65-78, 2003.

- _____. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. 2000. 239 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2000.
- CARRASCO, C; BORDERÍAS, C; TORNS, T. *El Trabajo Del Cuidado. Historia, Teoría y Políticas*. Barcelona: Catarata, 2018.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes. 3ª ed., 1998.
- CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos de Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, nº. 10, pp. 171-188, 2002.
- DANTAS, L. M. S. As domésticas vão acabar? Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada - Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: a etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- FRAGA, A. B. ; MONTICELLI, T. A. . Quem são as diaristas? Uma análise das estruturas legais e culturais na articulação entre trabalho e família. In: *ANPOCS, 2018*, Caxambú. 42 ANAIS DA ANPOCS, 2018.
- FRAGA, A. B. De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado. 2010. *Dissertação* (Mestrado em Sociologia e Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ, 2010.
- GOLDSMITH, M. La experiencia de Conlactraho como organización internacional de trabajadores y trabajadoras domésticas. *Revista de derechos humanos*, nº. 1, 2012.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, Vol. 37, nº. 132, pp. 595-609, 2007.
- HOCHSCHILD, A. *La mercantilización de la vida íntima*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MOL, A. *The logic of care: Health and the problem of patient choice*. New York: Routledge, 2008.

- NICHOLSON, L. Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico. In: CORNELL, D.; BEHABIB, S. *Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto e vista da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, pp. 23 - 37.
- PINTO, E. A. *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.
- SCOTT, J. *Los dominados y la arte de la resistència*. México: Era, 2000.
- SOLIS, C. V. *Culturas del Cuidado em Transición. Espacios, sujetos e iaminarios em uma sociedade de migración*. Barcelona: Editorial UOC, 2009.
- TRONTO, J. C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, A. M. & BORDO, S. R. (Eds.). *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos. 1997.